



A presente matriz de risco tem como objetivo identificar e registrar, de forma sistematizada, os principais riscos associados ao processo de contratação de solução tecnológica para gestão documental com inteligência artificial, abrangendo fornecimento, implantação, treinamento e suporte técnico.

A matriz mapeada considera impactos operacionais, jurídicos e de mercado, sendo cada um avaliado quanto à sua probabilidade, gravidade e possibilidade de mitigação.

Este instrumento subsidia a tomada de decisão da Administração Pública, permitindo maior previsibilidade e controle sobre os fatores que possam comprometer a eficiência, economicidade e legalidade do certame.

Risco	Descrição do Evento	Impacto	Probabilidade	Responsável	Medidas de Mitigação
Vazamento de dados e falhas de segurança da informação	Possibilidade de ocorrências como invasão ao sistema, acesso indevido ou vazamento de dados sensíveis durante ou após a implantação do sistema.	Alta	Média	Contratada e Contratante	Implementar controles robustos de segurança: exigir do fornecedor certificações de segurança (ex: ISO/IEC 27001), autenticação multifator e criptografia de dados em trânsito e em repouso. Definir perfis de acesso com mínimos privilégios e manter auditorias e monitoramento contínuo de eventos. Estabelecer cláusulas contratuais de confidencialidade e penalidades em SLA para incidentes de segurança. Garantir backups regulares, plano de contingência testado e treinamento periódico dos servidores em boas práticas de segurança da informação.
Falhas no funcionamento da Inteligência Artificial (IA)	O componente de IA do sistema pode não operar conforme esperado – por exemplo, erros na classificação automática de	Média	Média	Contratada	Definir claramente os entregáveis e requisitos da funcionalidade de IA, assegurando que o contrato detalhe os critérios de desempenho esperados. Exigir testes piloto e validação das funções de IA antes da



	documentos, falhas em fluxos automatizados ou baixo desempenho da funcionalidade inteligente. Isso pode ocorrer por limitações técnicas, dados de treinamento insuficientes ou problemas de integração.				implantação final. Realizar acompanhamento próximo da implementação da IA pela equipe técnica da Administração (fiscalização do contrato) e solicitar suporte técnico contínuo do fornecedor para ajustes finos. Prevê-se também atualização periódica da IA (treinamento com novos dados) e planos de fallback para operação manual caso a IA falhe em situações críticas.
Não fornecimento do sistema ou atraso na entrega	Risco de o fornecedor não entregar o sistema contratado no prazo acordado ou de ocorrerem atrasos significativos no cronograma de implantação. Isso inclui a possibilidade de inadimplência contratual (abandono do projeto) ou demora na disponibilização de módulos essenciais.	Alta	Baixa	Contratada	Detalhar no contrato um cronograma rigoroso de entregas (marcos e datas) e prever penalidades por atraso ou não cumprimento (multas contratuais, rescisão em caso de inadimplência). Verificar previamente a capacidade técnica e financeira do fornecedor para assegurar que ele tem condições de entregar o sistema. A Administração deve acompanhar de perto o andamento do projeto, realizando reuniões de status regulares e cobrando planos de ação corretivos imediatamente em caso de desvios. Também é recomendada a contratação em modelo faseado (por etapas entregáveis) para identificar atrasos cedo e possibilitar correções de rumo.
Incompatibilidade de com a infraestrutura existente	O sistema novo pode enfrentar problemas de integração ou desempenho devido a incompatibilidades com a infraestrutura de	Alta	Baixa a Média (dependendo do ambiente de TI de cada secretaria)	Contratada e Contratante	Levantar no ETP e no Termo de Referência todos os requisitos técnicos do sistema, garantindo compatibilidade com navegadores e equipamentos existentes. Optar por solução em nuvem (SaaS), dispensando servidores locais, para mitigar problemas de hardware. Ainda



	TI atual do município – por exemplo, estações de trabalho desatualizadas, navegadores incompatíveis, baixa largura de banda de internet ou dificuldade de integração com sistemas legados.				assim, assegurar que a conectividade de internet seja adequada e estável, realizando testes de desempenho. Planejar upgrades necessários (por exemplo, atualização de computadores muito antigos ou melhoria de link de internet) antes da implantação. O fornecedor deve apoiar com orientação técnica, realizando uma análise de ambiente prévia e oferecendo integrações via API compatíveis com os sistemas legados municipais, evitando retrabalho manual.
Não cumprimento dos níveis de serviço (SLA)	O fornecedor pode não conseguir manter os níveis de serviço acordados em contrato, como disponibilidade do sistema 24/7, tempo de resposta adequado ou suporte técnico dentro dos prazos definidos.	Alta	Baixa	Contratada	Estabelecer acordos de nível de serviço rigorosos já no contrato, especificando métricas claras (uptime mínimo, tempos máximos de resposta e de resolução de falhas) e prevendo multas ou outras penalidades caso os SLAs não sejam atendidos. Implementar monitoração constante da performance e disponibilidade do sistema, com dashboards acessíveis à Administração. Exigir do fornecedor planos de contingência e redundância (como servidores espelhados, backups automáticos) para minimizar impactos de indisponibilidade. Garantir também um suporte técnico ágil, com escalonamento definido, para resolução rápida de incidentes.
Fornecedor não possuir know-how técnico ou experiência suficiente	Risco de contratar uma empresa sem expertise comprovada na implementação de sistemas de gestão	Alta	Baixa	Contratante	Mitigar esse risco principalmente na fase de seleção: realizar análise criteriosa da capacidade técnica dos proponentes, exigindo comprovação de experiência em projetos similares e atestados



	documental com IA, o que pode resultar em dificuldades técnicas, atrasos e solução final de baixa qualidade.				de bom desempenho. Incluir no edital critérios de habilitação estritos (qualificações da equipe, certificações, casos de sucesso). Durante a contratação, verificar referências do fornecedor e sua saúde financeira. Caso contratado, manter fiscalização técnica próxima durante a implantação para identificar rapidamente quaisquer sinais de incapacidade e acionar medidas (como apoio de terceiros ou substituição, se possível).
Subutilização do sistema por falha de implantação técnica	O sistema, embora instalado, pode ser pouco utilizado pelos servidores devido a problemas na implantação técnica – por exemplo, configurações inadequadas, falta de personalização aos fluxos de trabalho do órgão, ou módulos importantes não funcionando corretamente.	Alta	Baixa	Contratada e Contratante	Assegurar uma implantação bem planejada e assistida: incluir no contrato serviços de consultoria especializados para parametrizar o sistema conforme os processos do município, migrar dados, e acompanhar o uso inicial. O fornecedor deve oferecer treinamento prático aos servidores e suporte pós-implantação até a plena adoção. A Administração, por sua vez, deve engajar os usuários finais desde o início, coletando feedback e monitorando indicadores de uso do sistema. Caso alguma funcionalidade não esteja atendendo, realizar ajustes ou solicitar melhorias ao fornecedor de forma ágil.
Descumprimento da LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados)	O sistema ou sua utilização pode não atender integralmente às exigências da LGPD, seja por falhas em proteger dados pessoais,	Alta	Média	Contratada e Contratante	Adotar desde o início uma abordagem de "privacidade por design": garantir que o sistema tenha recursos de controle de acesso, registro de log de operações e retenção de dados conforme as bases legais. Firmar com o fornecedor um



	uso indevido de informações, ou ausência de mecanismos para controle de consentimento e atendimento aos direitos dos titulares.				acordo de processamento de dados que deixe claras as responsabilidades de cada parte na proteção das informações pessoais (inclusive prevendo cláusulas específicas de conformidade à LGPD e confidencialidade). Internamente, nomear um Encarregado de Dados (DPO) ou comissão de privacidade para acompanhar a implantação. Promover capacitação dos servidores quanto às normas de proteção de dados e estabelecer políticas internas de governança de dados. Realizar auditorias periódicas de conformidade, verificando se o sistema e os procedimentos atendem aos requisitos da LGPD e corrigindo eventuais desvios rapidamente.
--	---	--	--	--	---

Conclui-se que os riscos identificados são controláveis e não inviabilizam a contratação. A adoção das medidas de mitigação descritas assegurará maior estabilidade na implantação e operação do sistema. A gestão de riscos deverá ser atualizada continuamente durante a execução do contrato, com registro de novos riscos e acompanhamento dos já identificados, de modo a garantir a efetividade e segurança do projeto.

Cláudia/MT, 22 de outubro de 2025

Responsável pela elaboração:

Lucas Gabriel Sokolovski Germignani
Técnico Administrativo/Diretor de Depto.
Sec. Munic. De Planejamento, Orçamento e Gestão